

Ferramentas para semear autonomia

Colectivo Coa, Rede em Defesa do Milho, Ojarasca

Em toda a América Latina é muito amplo, muito brutal, o ataque contra as comunidades camponesas e indígenas por parte das indústrias agroquímicas, das grandes plantações de alimentos, de mercadorias de exportação, de árvores ou de agrocombustíveis; das mineradoras, das petroleiras, das madeireiras; das empresas de abastecimento de água, das de recolhimento de lixo; das construtoras, das imobiliárias e dos narcotraficantes - junto com os governos em nível nacional, estadual e municipal.

Querem expulsar de seus espaços vitais as pessoas que têm cuidado seus territórios: sua água, florestas, biodiversidade, cultivos próprios, sementes nativas.

Menosprezam uma vida dedicada ao plantio, à caça, à pesca, à coleta e à prática de um equilíbrio recorrente de seu espaço vital.

Assim, além de se apoderarem de vastas extensões de terras com todos os seus recursos, podem aproveitar a mão de obra de todos os expulsos.



Ilustração: Rini Templeton

Mas as comunidades começam a entender que o serem expulsos do campo os levará (como trabalhadores quase escravizados) aos campos de trabalho, às estufas, às fábricas, às empresas de montagem de produtos industrializados ou às oficinas das grandes empresas que invadem seus territórios e lhes roubam a riqueza.

Começam a entender que quando têm que ir para as cidades, agravam com sua presença as necessidades da cidade, tornando mais grave o problema do lixo, a premência de água, de moradia, de alimentos. Na cidade enfrentam uma quantidade de problemas que não imaginavam estando em suas regiões. Uma cidade com mais problemas facilita às transnacionais apoderarem-se de mais recursos do campo, o que permite que os governos e as empresas tentem saquear de mais e mais camponeses a sua terra, seus recursos, seus espaços e sua liberdade.

Repensando juntos em oficinas, seminários e encontros, ou desde suas assembleias, as comunidades indígenas e muitas organizações camponesas de todos os cantos do continente, concluíram que é urgente não ficar com uma visão isolada do mundo. Entenderam que o que ocorre em uma região ocorre em outras, e que, portanto, todas as lutas para resistir a invasões, devastação e saque estão relacionadas. Que não há muitas brechas nos aparatos legais e que a grande maioria das leis, regulamentações e tratados de comércio unicamente dá vantagens às empresas.

Então, sozinhos [ou melhor, unidos com outras comunidades que estão na mesma condição] tentarão alcançar um destino seu.

Sabem que é urgente fortalecer a autonomia nas ações, nos governos próprios, nas assembleias, na sociabilidade cotidiana.

Isso os põe a pensar, como seus ancestrais lhes diziam, de maneira total, integral.

Os entre aspas são frases recorrentes, por isso as apresentamos como uma só voz que tece as seguintes reflexões coletivas para fortalecer seu autogoverno cotidiano:



Ilustração: Rini Templeton

Cadernos de Biodiversidade é um folheto colecionável de *Biodiversidade sustento e culturas*, abril de 2010. *Ferramentas para semear autonomia* foi elaborado pelo Colectivo Coa, Rede em Defesa do Milho, Ojarasca, com base em testemunhos, reflexões e decisões de assembleias de comunidades wixárika, rarámuri, mixtecas, mixes, zapotecas, nahuas e ñuhú, que se reconhecem no Congresso Nacional Indígena e na Rede em Defesa do Milho, no México. Os desenhos que acompanham este caderno foram realizados por Rini Templeton (1935-1986), uma artista e lutadora social norte-americana que viveu e acompanhou as lutas de resistência no México e na Guatemala, e a experiência das revoluções cubana, nicaraguense e salvadorenha. Todos os desenhos foram tomados do livro de John Nicols, et al, *El Arte de/The Art of Rini Templeton*. México, DF: Centro de Documentación Rini Templeton y Seattle: The Real Comet Press, 1988.

Organizações coeditoras

Acción Ecológica notransgenicos@accionecologica.org | Acción por la Biodiversidad agenciabiodla@gmail.com |
 Campaña de la Semilla de la Vía Campesina – Anamuri internacional@anamuri.cl | Centro Ecológico revbiodiversidade@centroecologico.org.br |
 GRAIN carlos@grain.org | Grupo ETC etcmexico@etcgroup.org | Grupo Semillas semillas@semillas.org.co |
 Red de Coordinación en Biodiversidad rbcostarica@gmail.com | REDES-AT Uruguay biodiv@redes.org.uy

Comité Editorial Carlos Vicente, Argentina / Ma. Eugenia Jeria, Argentina / Ciro Correa, Brasil / Maria José Guazzelli, Brasil / Germán Vélez, Colômbia / Alejandra Porras (Coeco-AT), Costa Rica / Silvia Rodríguez Cervantes, Costa Rica / Camila Montecinos, Chile / Francisca Rodríguez, Chile / Elizabeth Bravo, Equador / Ma. Fernanda Vallejo, Equador / Sílvia Ribeiro, México / Magda Lanuza, Nicarágua / Martin Drago, Uruguai / **Administração** Ingrid Kossmann ingridbiodiversidad@gmail.com | **Edição** Ramón Vera Herrera ramon@grain.org | **Design e diagramação** Daniel Passarge danielpassarge@gmail.com / Amanda Borghetti (ed. em português) amanda.borghetti@yahoo.com.br

1. Fazer um diagnóstico detalhado de suas regiões. Cada uma das pessoas da comunidade sabe um pouco, uma parte do que ocorre, do que não está bem, do que se pode propor. E não faltam vozes que mostram: “Por que querem certificar as atividades dos médicos tradicionais. Por que querem saber quantos olhos d’água ou poços temos e por que querem registrá-los. Por que querem saber que sementes temos e por que exigem que as registremos. Como fortalecer nosso espaço de participação política, não a dos partidos políticos e das eleições, mas aqui, agora, nos vales, quebradas, planícies, matas, florestas, ribeiras ou costas onde vivemos. Quem tem o poder econômico e político em nossas regiões, no país e em nível internacional. Quem são os empresários, os chefes políticos, os “donos”. Quem tem ou quer controlar as regiões. Quem exerce a violência. Que agências do governo dividem as comunidades. Que papel desempenham os programas de assistência, educação, cultura e desenvolvimento promovidos pelo governo. Que impacto tem dar-lhes certificados de propriedade de parcelas individuais em um território que antes era comum, trabalhado conjuntamente. Que empresas tentam se apoderar da terra, dos cultivos, da água, do transporte, do comércio. Onde e quem quer abrir minas ou poços de petróleo, e que efeitos nos trarão. Por que sempre querem que trabalhem para eles. Que megaprojetos querem impor e quais seriam seus resultados. Quem são os intermediários que colocam mercadorias nas regiões, encarecem a vida das comunidades e aumentam o número de coisas que realmente não nos servem. Como vamos exercer um autogoverno e projetos conjuntos entre iguais em nível regional, na medida em que as comunidades isoladas não podem realmente romper qualquer cerco”.

2. Repensar juntos a visão de nosso lugar. Como cada um sabe um pouco, as pessoas estão propondo abrir mais e mais espaços de plena liberdade para pensar juntos, para entre todos saber todo o possível.

“Que os velhos contem a visão e o cuidado que havia antes, e que os novos investiguem as novas ferramentas de pensamento e de trabalho, mas também os perigos de técnicas e de falsas soluções vindas de fora que nos separam do importante e nos isolam”, dizem as comunidades.

“Pensar a nação a partir das localidades e pensar o nível comunitário a partir do ponto de vista de uma complexidade nacional e global. Saber e entender realmente onde estamos, onde vivemos. É necessário ser como os pássaros e ver o panorama, o horizonte, completo”.

3. Recuperar a iniciativa própria, o criativo.

“Dar importância ao que realmente os povos necessitam - e não ao que nos foi imposto ou querem nos impor”. Quando as pessoas de uma comunidade ou uma região se juntam para pensar e trabalhar, é possível imaginar e entender (entre todas as pessoas que vivem ali) o que é necessário para viver bem, sem necessidade de mediadores do governo, das empresas ou de algumas ONGs.

Nesses espaços de pensar e trabalhar juntos podem ser tomadas decisões reais, diretas e frente a frente, e a vida se aproxima porque já não obedece a decisões toma-

Quando as pessoas de uma comunidade ou uma região se juntam para pensar e trabalhar, é possível imaginar e entender (entre todas as pessoas que vivem ali) o que é necessário para viver bem, sem necessidade de mediadores do governo, das empresas ou de algumas ONGs.

III



Ilustração: Rini Templeton

IV

Onde as assembleias são fortes, os programas de governo, os ambiciosos que invadem ou as empresas com seus ardis não conseguem muito, porque a lucidez da assembleia freia ou resolve os problemas. Onde as assembleias são fracas, a comunidade se rompe e perde, pouco a pouco ou repentinamente, a força para resistir às invasões, à corrupção e aos programas de governo

Ilustração: Rini Templeton



das de fora, sabe-se lá onde. As pessoas se reconstituem como comunidade, como povo indígena, mestiço ou afrodescendente, como pessoas livres e organizadas.

“Conhecemos nossos territórios, sabemos como estão e como cuidá-los. Temos o necessário para nos governar através de nossas assembleias, de nossa maneira própria e respeitosa. Já não podemos permitir tantas normas impostas, pois acabá-riamos fazendo somente o que eles querem”.

4. Recuperar nossa história. “Devemos recordar a origem de nossa comunidade, de nossa região, de nosso povo”, dizem os mais antigos. “Recordar a história das invasões, das imposições, do saque e da destruição. Recordar a história das nossas lutas contra tudo isso. Mas também os saberes de sempre, tudo o que as pessoas sabem desde muito tempo, e lhes têm servido para cuidar dos plantios, das florestas, da água, dos animais. É necessário considerar o que dizem os anciãos e os sábios. Temos que repensar quem éramos, por que querem nos fazer desaparecer e como vamos nos defender”.

5. A comunidade. “É o espaço onde nos completamos um pouco, convivemos, pensamos, entendemos, trabalhamos e celebramos juntos. Ali há um profundo respeito pelo sagrado, por distribuir justiça buscando um equilíbrio sem castigos desumanos; por respeitar e dar valor a cada um dos comuneiros e suas famílias, e ao que cada um vê e faz. Na comunidade há conflitos, como em qualquer recanto do mundo. Há violência. Mas nas comunidades um sozinho está “corrompido”, mas com o que sentem, pensam e buscam os outros com cada um, formamos comunidade. A autonomia é um propósito, uma ferramenta, como o arado, para evitar que nosso pacto de convivência se desgaste: o que sonhamos e conseguimos juntos. É um propósito renová-lo todo continuamente”.

6. Assembleias. É necessário fortalecer os espaços de reflexão, que são também espaços de decisão entre iguais. As assembleias são a autoridade máxima da comunidade porque nelas cada um pode dizer sua palavra e ser escutado. “Na assembleia pensamos juntos e a palavra tem peso, ali nos damos a verdadeira educação”.

Hoje, em muitas regiões do continente as assembleias já não são muito fortes, mas há o estímulo para revivê-las, e voltar a trabalhar pensando e entendendo em comum, juntos.

Onde as assembleias são fortes, os programas de governo, os ambiciosos que invadem ou as empresas com seus ardis não conseguem muito, porque a lucidez da assembleia freia ou resolve os problemas. Onde as assembleias são fracas, a comunidade se rompe e perde, pouco a pouco ou repentinamente, a força para resistir às invasões, à corrupção e aos programas de governo.

7. Autoridades. Uma comunidade, ou uma aliança de comunidades necessita autoridades que sirvam às pessoas, a essas assembleias gerais.

As leis agrárias de muitos países só reconhecem as autoridades agrárias. Mas são igualmente importantes os governadores tradicionais, os sábios, que atuam e aconselham a partir da tradição e da cosmovisão de uma comunidade ou de todo um povo. Juntas, as autoridades agrárias e tradicionais tornam-se um conselho de governo que dá muita força à comunidade, colocando em prática as decisões tomadas pela assembleia geral dos habitantes, e não apenas aos comuneiros reconhecidos nos estatutos de bens comunais ou derivados das Constituições, conforme o país em questão. Sendo um conselho de governo que responde à assembleia, que “manda obedecendo”, a autonomia alcança grande legitimidade.



8. Entender nossa verdadeira soberania. Esses espaços para pensar juntos também servem para reafirmar entre todas as pessoas que convivem “até onde querem nos tirar o que somos, até onde querem arrebatar nossa soberania, nossa autodeterminação”, dizem as pessoas.

“Quase todas as florestas são custodiadas pelos povos indígenas, são das comunidades, e as cuidam coletivamente. Mas que soberania teremos quando a conservação de nossos recursos esteja regulada pelo preço dos bônus de carbono e de serviços ambientais de águas e florestas na bolsa de valores de Nova Iorque. Não queremos que o controle econômico de fragmentos de nosso *território completo* esteja sequestrado por bônus, patentes, registros, permissões, certificados, contratos com empresas, programas de órgãos dos governos ou pelas regulamentações dos tratados de livre comércio”.

9. Território. Para que a autonomia seja possível deve haver, como centro de toda ação, o território que lhe dá vida. “O território é o equilíbrio que conseguimos em séculos ou milênios de relação com a natureza”.

O território não é somente a terra: é também a água, a floresta, a biodiversidade, os recursos naturais “os seres vivos materiais e espirituais”, dizem as pessoas, a terra e, principalmente, o saber coletivo acumulado que conecta tudo

Para que a autonomia seja possível deve haver, como centro de toda ação, o território que lhe dá vida. “O território é o equilíbrio que conseguimos em séculos ou milênios de relação com a natureza”. O território não é somente a terra: é também a água, a floresta, a biodiversidade, os recursos naturais “os seres vivos materiais e espirituais”, dizem as pessoas, a terra e, principalmente, o saber coletivo acumulado que conecta tudo o que ali existe. “Sem esses saberes ancestrais e atuais, os povos indígenas não seríamos o que somos, por isso devemos repensar nossa condição, entender que o que temos feito durante séculos tem valor, serve, e que é crucial controlar nossos territórios”.

VI

Entendemos que, quando nos convencem com projetos isolados (cuidar a floresta, melhorar os animais, pacotes tecnológicos, incentivo à colheita ou serrarias, ou seja lá o que for que não se relaciona com a vida completa da comunidade), cada um desses projetos vai nos desorganizando, porque vai contra o que nós fazemos”. Para os povos tudo está relacionado, tudo tem a ver com tudo. As florestas com o manejo da água, os solos, os cultivos próprios, as assembleias, as autoridades. “Os projetos isolados não servem”, dizem as pessoas. “Só nos fragmentam mais”.

o que ali existe. “Sem esses saberes ancestrais e atuais, os povos indígenas não seríamos o que somos, por isso devemos repensar nossa condição, entender que o que temos feito durante séculos tem valor, serve, e que é crucial controlar nossos territórios”.

Quando chegam funcionários promovendo políticas alheias e dizendo que vão ajudar a comunidade a “reordenar o território” para “expandir as capacidades produtivas e ecológicas”, as comunidades indígenas riem. “Isso é o que estamos fazendo há pelo menos dez mil anos”, contesta a comunidade. O território já é ordenado, em equilíbrio com tudo. “Nós sabemos como recuperar solos, onde colocar os animais, onde pegar água e cuidar de nossas fontes de água, onde plantar, como fazer que a floresta viva e se mantenha, como fazer que chegue a chuva e onde.

10. Devemos defender nossa visão integral. As empresas querem dominar a organização profunda das comunidades. “Querem impor os modelos tecnológicos que promovem, e nos impõem plantações, planos de manejo, individualização e comércio da terra, registros de propriedade de fontes de água, biopirataria, sementes transgênicas, pacotes de agrotóxicos, serviços ambientais e ecoturismo. Entendemos que, quando nos convencem com projetos isolados (cuidar a floresta, melhorar os animais, pacotes tecnológicos, incentivo à colheita ou serrarias, ou seja lá o que for que não se relaciona com a vida completa da comunidade), cada um desses projetos vai nos desorganizando, porque vai contra o que nós fazemos”.

Para os povos tudo está relacionado, tudo tem a ver com tudo. As florestas com o manejo da água, os solos, os cultivos próprios, as assembleias, as autoridades. “Os projetos isolados não servem”, dizem as pessoas. “Só nos fragmentam mais”.

11. A terra é impossível de ser avaliada. “Ser camponeses nos faz reverenciar, respeitar e entender o profundo valor da terra. Ela cuida de todos nós. Não é só uma mãe como dizem as pessoas, é nossa irmã, nossa filhinha, é nossa amante. Pertencemos a ela, não a possuímos, e, obviamente, não tem preço”, dizem os sábios. “Fixar um preço a uma terra de cultivo é uma agressão, não importa qual seja o preço, seja sete, setenta, setecentos, sete mil, setenta mil ou sete milhões, bilhões ou trilhões de dólares, nunca poderão igualar o que essa terra pode produzir com meu cuidado, o de meus filhos, meus netos, meus bisnetos ou tataranetos até o final dos tempos”.



Ilustração: Rini Templeton

Os camponeses sabem muito bem disso, como também sabem da urgente defesa da comunalidade da terra, que não seja propriedade individual. “A propriedade individual da terra quebra os territórios. Torna impossível o cuidado integral comunitário da floresta e nos separa de nosso cuidado da água, nos impede de recuperar os solos, trabalhar a proteção contra os ventos, desorienta o possível cuidado com os animais”. Com o pretexto da “segurança jurídica sobre a propriedade da terra”, os programas de certificados individuais da terra unicamente garantem que os investidores privados invadam as comunidades. Um proprietário sozinho já não pode se defender da mesma forma que uma comunidade organizada.

Privatizar a terra rompe a organização comunal. “Quando a terra se torna propriedade individual, a comunidade se divide, e cada um puxa para o seu lado. É mais fácil que nos convençamos com alguma ajuda individual, com dinheiro para comprar uns e outros. Nos impede para decidir sobre nossos territórios e no cuidado daquilo que nossos ancestrais nos deixaram como legado para desfrutar e deixar para as gerações seguintes”.

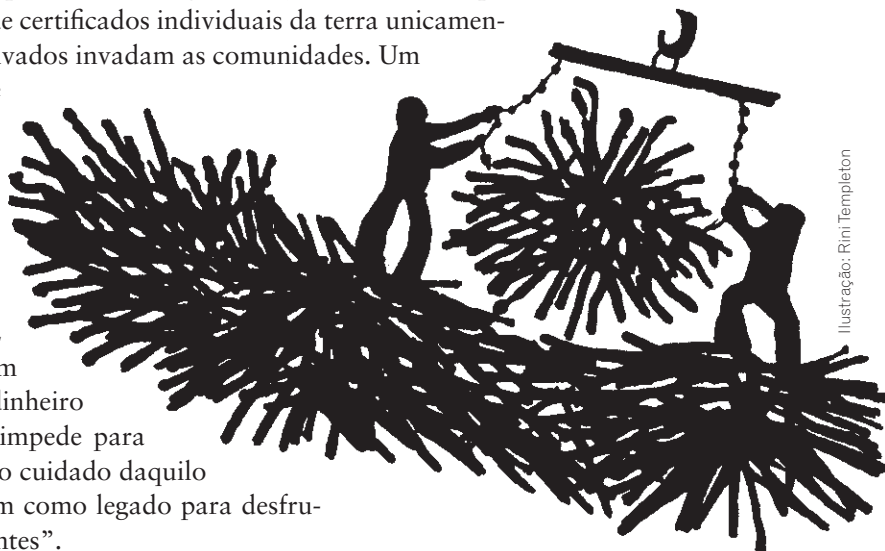


Ilustração: Rini Templeton

12. Cultivos que reforçam soberania. A primeira soberania, a mais fundamental autonomia, “é nos organizarmos para produzir a nossa própria comida. Devemos defender por todos os meios nossos cultivos próprios, para nosso sustento, de nossas famílias, de nossa comunidade. Não como produtos, mas sim como modo de vida plena, uma vida de plantadores, de camponeses, que cuidamos o milho, o feijão, a moranga, o aipim, a mandioca, a cevada, o trigo, as frutas (criadas e ensinadas pela chácara, horta, *milpa*, que são “comunidades” que nos ensinaram o valor da biodiversidade, onde os cultivos se relacionam, se cuidam, se fortalecem uns aos outros, inclusive com muitas outras plantas medicinais)”.

Se os povos, ou as muitas comunidades camponesas, produzem seu próprio alimento, *não têm que pedir permissão a ninguém para ser, para existir*. Esta é uma proposta muito forte. Dela surgem os fundamentos da autonomia das comunidades camponesas indígenas, rurais. “É urgente defender nossa vida no plantio, produzindo nosso alimento. Nossos trabalhos não são um emprego para comprar comida com um salário de explorados, é ato criativo que reforça a plenitude da comunidade”.

“Só com cultivos próprios, com milho nativo próprio (não sua versão desfigurada e transgênica comercial) cultivado pela comunidade para depender o menos possível do mercado, podemos defender a água, as florestas, os recursos naturais, os saberes agrícolas, médicos e outras técnicas ancestrais e atuais, e todo nosso sistema de aplicação de justiça, as assembleias e o trabalho coletivo. Sem milho cultivado por nós não há autogoverno nas comunidades. Se não existe mais a possibilidade de ter milho e muitos outros cultivos próprios, nos tornam dependentes das companhias que projetam e produzem sementes comerciais”.

13. Economia. Os cultivadores, os cuidadores do mundo, os camponeses que plantam seu próprio alimento, se dão conta que é urgente ficar, o mais possível, fora da economia de mercado. Muitas comunidades insistem em que esses cultivos próprios não são cultivos de subsistência ou de autoconsumo, mas sim *cultivos soberanos*.

Se os povos, ou as muitas comunidades camponesas, produzem seu próprio alimento, não têm que pedir permissão a ninguém para ser, para existir. Esta é uma proposta muito forte. Dela surgem os fundamentos da autonomia das comunidades camponesas indígenas, rurais. “É urgente defender nossa vida no plantio, produzindo nosso alimento. Nossos trabalhos não são um emprego para comprar comida com um salário de explorados, é ato criativo que reforça a plenitude da comunidade”.

*A educação radical
passa por questionar o
papel da escola e dos
professores na
comunidade.*

VIII *Questionar os
conhecimentos que
não são pertinentes à
nossa condição, é
entender que o saber
o construímos
coletivamente.*

“Produzir para vender e depois comprar comida”, disse uma autoridade comunal, “nos faz perder nossa soberania alimentar e de trabalho, sendo que somos gente do milho. Um povo que compra sementes, que compra comida, não é um povo que possa governar-se a si próprio. Devemos ter orgulho de cultivar e de criar nossos próprios alimentos para que se alimente a família e a comunidade, de reforçar nossos saberes antigos, os de nossos anciãos, e de buscar as novas tecnologias integrais que estejam de acordo com esses saberes e os complementem. Devemos recorrer a subsídios autônomos e fixar nossos próprios preços de garantia em nível regional, entre as comunidades que nos aliemos para fazê-lo. Devemos nos atrever a deixar de gastar em alimentos industrializados que não nos são indispensáveis. Façamos um chamado aos migrantes para que nos apoiem. Devemos retornar aos mercados pequenos, baseados na troca, ou no intercâmbio local, para conseguir uma vida mais manejável. Devemos consumir o que produzimos em nossas regiões; podemos produzir o que nos é necessário. Podemos instalar armazéns comunitários regionais, que afastem os intermediários que introduzem mercadorias e que encarecem muitíssimo os produtos. Estimular assim um comércio local, comunitário, para servir a distantes ranchos, vilarejos e povoados, com preços baixos e lucros que vão direto a uma administração comunitária supervisionada pelas assembleias.

14. Educação radical. “A escola está acabando conosco. Enquanto não busquemos uma educação baseada em nossa própria visão, com conhecimentos e saberes que nos sirvam para sermos livres, não vamos conseguir nada. É necessário buscar novas maneiras de criar situações onde todos aprendamos. Buscar que os jovens, como voluntários, pratiquem muitas técnicas antigas e atuais para poupar lenha, captar água, o que fazer com o lixo, fazer adubos orgânicos, cuidar da floresta, combater incêndios, guardar e trocar sementes tradicionais, recuperar solos erodidos, não só em nível de pequenas glebas, mas em nível microrregional, revitalizar aguadas, diversificar cultivos e atividades para recuperar nosso território e reforçar seus limites com projetos integrais próprios. Reforçar o limite do território em terras recuperadas dá aos jovens um sentido da resistência que outros não têm. Com oficinas de intercâmbio de experiências os jovens se inteiram dos problemas e se tornam grupos de estudo e trabalho, em nível de gleba, onde combinem saberes antigos com tecnologias sustentáveis.”

Trabalhar em projetos comunitários compartilhados, insistir nos espaços de reflexão conjunta, recuperar a história, fazer diagnóstico e reforçar a criatividade social, tudo isso junto promove justamente formas de aprendizagem pertinentes que não são a domesticação que a escola ocidental impõe. A educação radical passa por questionar o papel da escola e dos professores na comunidade. Questionar os conhecimentos que não são pertinentes à nossa condição, é entender que o saber o construímos coletivamente.

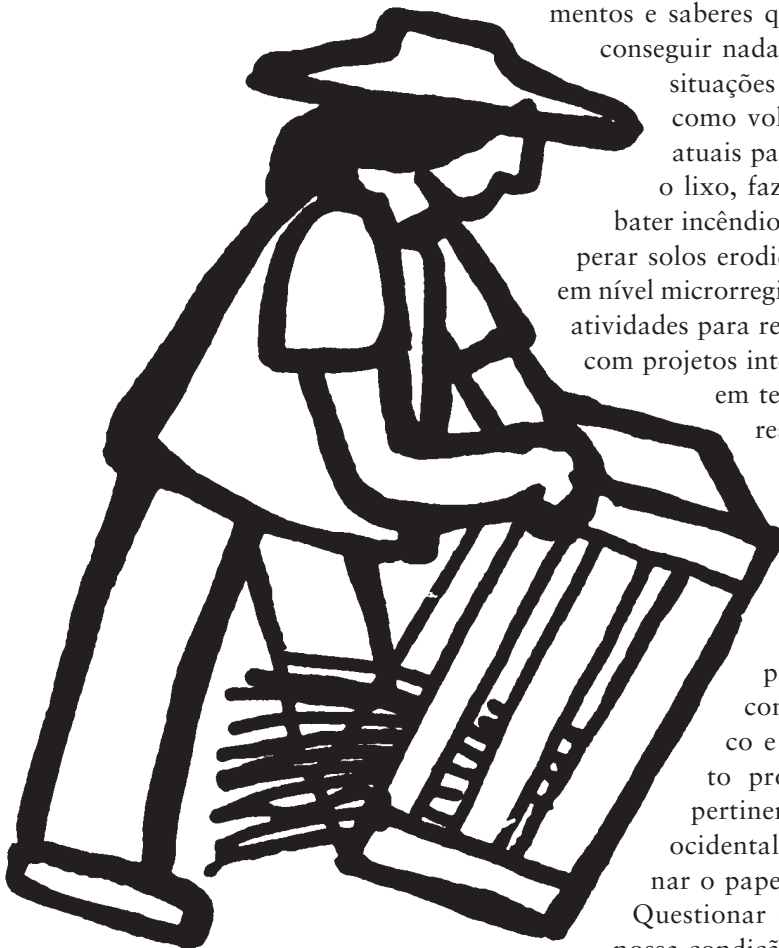


Ilustração: Rini Templeton